



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA –
6ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
[Gestão 2023-2025]

Data: 26 e 27 de novembro de 2024

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF

Abertura e boas-vindas à 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2024. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), confirmou que o Plenário apresentava quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião apresentando a pauta prevista para os dois dias de trabalho. A Presidenta do Consea procedeu à leitura da **Pauta Proposta:** Dia 26/11/2024 – manhã, 09h00: Abertura e Boas Vindas; 09h15 – 10h45: Diálogos sobre temas tratados pelo CONSEA em 2023-2024 e devolutiva do Governo Federal. Mesa 1: Combate à fome e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretária Extraordinária de Combate à Fome (SECF) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) - Compras públicas, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Cisternas, Programa Nacional de Cozinhas Solidárias e Programa Alimenta Cidades – Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC) - Agenda Internacional em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Coordenação-Geral de Segurança Alimentar e Nutricional (CGSAN) do Ministério das Relações Exteriores (MRE). 10h45-12h45 Mesa 2: - Agricultura Familiar, Abastecimento, Compras Públicas, Terra e Território – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) - Alimentação Adequada e Saudável – Ministério da Saúde - População Negra, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais - Ministério da Igualdade Racial (MIR) - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) - Ministério dos Povos Indígenas (MPI) 12h45 – 13h00: Orientações sobre reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho (GTs). Dia 26/11/2024 – tarde – Sessão Plenária e Reunião das Comissões Permanentes (CPs), Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE) e Grupos de Trabalho, 14h00 – 15h00: III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PlanSAN. 15h00 – 17h30: Reunião das CPs e CPCE (ver documento “Pauta das Comissões e GTs”). 17h30 – 19h00: Reunião dos Grupos de Trabalho (ver documento “Pauta das Comissões e GTs”). Dia 27/11/2024 – manhã, 8h30-12h00: Reunião das CPs e CPCE. Tarde, 14h00 – 15h00: Pronunciamento Ministerial, 15h00 - 17h00: Relato das CPs, GTs e CPCE e deliberações da Plenária, 17h00 – 17h30: Balanço e institucionalidades – Secretaria Executiva do Consea, 17h30 – 18h00: Informes. A sessão foi aberta pela Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, que iniciou os trabalhos dando boas-vindas a todos os presentes, destacando a presença de novos representantes da sociedade civil e ressaltando a importância da plenária como a última do ano e da atual composição do Conselho. A Presidenta fez reflexões sobre os desafios e conquistas do Consea no período de 2023 a 2024, destacando a reconstrução dos espaços de diálogo entre governo e sociedade civil, a realização da 6ª Conferência Nacional e os avanços na implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Enfatizou também a elaboração do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sob responsabilidade da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), com facilitação da SECF e à Pobreza do MDS. A Presidenta ressaltou os desafios enfrentados pelos movimentos sociais, pelo governo federal e pelos Conselhos, destacando a necessidade de análise contínua do cenário nacional e internacional. Foram apontadas ameaças como negacionismo, xenofobia, racismo e

homofobia, além das dificuldades impostas por um Congresso conservador e de interesses econômicos que impactam negativamente a segurança alimentar. Também foi discutida a necessidade de ampliar e aprimorar estratégias para enfrentar todas as expressões de racismo e desigualdade social, com foco na segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar e justiça climática e tributária. Foram reforçadas demandas por mobilização de recursos públicos e tributação mais justa sobre grandes fortunas e empresas multinacionais. A Presidenta apresentou a pauta da plenária, destacando sua estrutura dividida em dois blocos: Primeiro Bloco - Combate à Fome e Sisan e Segundo Bloco - Agricultura Familiar, Alimentação e Povos Tradicionais. Foram apresentados os encaminhamentos da tarde, incluindo a discussão sobre o terceiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reuniões das comissões permanentes e da comissão de presidentes estaduais. Foi reforçada a importância da documentação dos trabalhos do Consea para subsidiar a nova composição do Conselho. O segundo dia da plenária foi reservado para continuidade dos trabalhos pelas comissões. A Presidenta consultou a plenária sobre eventuais ajustes na pauta. A Sra. Valéria Burity solicitou que os painéis do Brasil Sem Fome e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) fossem apresentados no início da tarde. Não havendo outras manifestações, a pauta foi aprovada e os trabalhos seguiram conforme a programação estabelecida. **Ponto de Pauta: Combate à fome e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** A presidenta do Consea convidou a representação da Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e Pobreza do MDS e da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) para debater temas relacionados a compras públicas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cisternas, cozinhas solidárias e Alimenta Cidades. A palavra foi concedida à Sra. Valéria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome/MDS. A Sra. Valéria iniciou sua exposição destacando o esforço do Consea e da Caisan na mobilização dos ministérios para obter respostas integradas. Informou que, devido ao curto prazo, algumas representações ministeriais não puderam comparecer, justificando a ausência do MPI. No entanto, relatou a realização de reuniões para garantir a inclusão de ações voltadas a povos indígenas e comunidades tradicionais no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A secretária destacou ainda a baixa histórica de respostas integradas dos ministérios às recomendações do Consea, com média de apenas 20 a 25% de retorno. Contudo, enfatizou os esforços para incorporar as recomendações na estrutura governamental e apresentou as principais recomendações encaminhadas ao governo, incluindo aquelas sobre o Sisan, Brasil Sem Fome, vigilância alimentar e proteção social. A exposição seguiu abordando a situação do Sisan no início da atual gestão, destacando a necessidade de reativação do Consea, da Caisan e do processo de conferências interrompido desde 2019. Foram apresentadas as principais ações para reestruturação do Sisan, incluindo: Retomada do Consea e Caisan; Expedição de 47 recomendações pelo Consea em 2023 e 2024; Realização de cinco reuniões de pleno ministerial da Caisan, com participação do presidente em exercício em uma delas; Elaboração do programa Brasil Sem Fome e aprovação do Plano Nacional de Abastecimento; Implementação de estratégias de prevenção da obesidade e redução de desperdício alimentar; Reuniões periódicas para planejamento e mobilização intersetorial; Crescimento das adesões municipais ao Sisan, totalizando 1.366 municípios, abrangendo cerca de 50% da população brasileira. Ademais, foi ressaltada a importância do fortalecimento das instâncias federativas e da formação de atores do

Sisan, incluindo: Realização de ciclos de diálogo com média de 400 participantes por encontro; Desenvolvimento de trilhas de formação com materiais disponíveis; Elaboração de manuais e novos materiais para 2025; Discussão sobre financiamento do Sisan e estratégias normativas para regulamentação. No campo da vigilância alimentar, foram apresentadas iniciativas como: Parcerias com o IBGE para retomada de pesquisas sobre segurança alimentar; Implementação da EBIA de forma anual; Desenvolvimento do Mapa SAN, com dados detalhados sobre governança e acesso à alimentação; Elaboração de indicador municipal de risco de insegurança alimentar; Monitoramento do estado nutricional de crianças beneficiárias do Bolsa Família; Desenvolvimento de ferramentas digitais para acompanhamento de políticas públicas e planejamento orçamentário. A Sra. Valéria Burity, também destacou que o programa Brasil Sem Fome foi formulado com base nas recomendações do Consea, especificamente as recomendações 1 e 12, com um grau de atendimento entre 80% e 90%. A secretária enfatizou a eficácia das ações integradas do governo federal, o que resultou em avanços significativos no combate à fome e à pobreza. O indicador da FAO sobre o Mapa da Fome demonstrou que a insegurança alimentar e nutricional foi reduzida, retirando mais de 20 milhões de pessoas dessa condição. Além disso, as taxas de pobreza também apresentaram redução considerável. Outro ponto destacado foi a redução das desigualdades sociais. A fome diminuiu mais em áreas rurais do que urbanas, bem como nas regiões Norte e Nordeste, onde a insegurança alimentar era mais grave. Também houve maior redução nos domicílios chefiados por mulheres e pessoas negras, evidenciando um impacto positivo na equidade social. A secretária atribuiu esses resultados às políticas sociais e às estratégias econômicas implementadas pelo governo. Dentre as principais iniciativas, destacou-se a ampliação do Cadastro Único para incluir povos indígenas, quilombolas, comunidades ciganas e outros grupos tradicionais. A recomendação 3/2024 do Consea sobre a inclusão de marcadores específicos no Cadastro Único foi acolhida, e a SAGICAD (responsável pelo Cadastro Único) apresentará esse instrumento ao Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais antes da fase de testes. Sobre o Bolsa Família, foi ressaltado o benefício para a primeira infância e para crianças e adolescentes em situação de insegurança alimentar. A nova estrutura do programa inclui uma regra de proteção que permite a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho sem perda imediata do benefício, contribuindo para a redução da fome e da vulnerabilidade social. Outro ponto abordado foi a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a redução do tempo de espera para sua concessão, resultando em um aumento expressivo de novos benefícios em relação ao período de 2019 a 2022. A previdência rural também registrou o maior número de benefícios concedidos desde 2013, evidenciando o compromisso do governo com a segurança alimentar e a justiça social. Foi mencionada a retomada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), incluindo a expansão dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP), totalizando 228 unidades em funcionamento. A implementação do Protocolo Brasil Sem Fome foi outro destaque, com a integração da Triagem de Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) ao Cadastro Único. Essa ação visa identificar indivíduos em situação de insegurança alimentar e garantir sua inclusão em políticas públicas, com a colaboração dos governos federal, estadual e municipal. A secretária relatou também o esforço de mobilização nos estados e municípios, resultando na assinatura de compromissos de combate à fome por diversas unidades federativas. Foi

ressaltado o compromisso de conduzir todas as iniciativas dentro do Sisan, garantindo a integração e coordenação das ações. Duas caravanas foram realizadas nos estados de Alagoas e Pará, com prioridade para o Arquipélago do Marajó, levando informação à população sobre as políticas públicas do governo federal. Por fim, a secretária informou que o balanço completo do programa Brasil Sem Fome está disponível em link específico, permitindo o acesso detalhado às ações e resultados das iniciativas conduzidas pelos 24 ministérios envolvidos no programa. A palavra foi passada para Lilian Rahal, Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, para apresentação do conjunto de políticas e programas sob responsabilidade da SESAN. Lilian saudou todos os presentes e deu início a apresentação destacando a necessidade de recomposição orçamentária e estrutural de programas essenciais como o PAA, o Programa Cisternas e outros ligados à segurança alimentar. Houve uma orientação para direcionar ações para populações mais vulneráveis, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais. Em relação ao PAA, destacou-se que o programa foi recomposto e renomeado em 2023, após ter sido extinto no período de 2019 a 2022. O orçamento de 2023 foi o maior da história em valores nominais (aproximadamente R\$ 1,1 bilhão), mas sofreu redução em 2024 (R\$ 379 milhões, posteriormente ampliado para cerca de R\$ 500 milhões). As prioridades do programa foram redefinidas para beneficiar agricultores do Cadastro Único, mulheres, assentados, jovens, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Houve avanço na implementação do PAA Indígena e Quilombola, garantindo recursos exclusivos e apoio logístico aos estados. A vinculação do PAA ao Sisan resultou em uma ampliação significativa do número de municípios aderidos. Quanto ao Programa de Cisternas destacou-se seu retorno em 2023, após um período de descontinuidade e desmonte. Foram realizados editais em parceria com a sociedade civil, estados e o BNDES para execução de cisternas em diversas regiões. Além do semiárido, ações foram expandidas para a região Norte, em resposta às mudanças climáticas e à insegurança hídrica. Publicações comemorativas dos 20 anos do programa foram lançadas, incluindo livros e vídeos sobre os impactos positivos da iniciativa. Já a Estratégia Alimenta Cidades foi criada para atender a crescente população em situação de insegurança alimentar nas cidades. Em 2024, iniciou-se a implementação com adesão de 60 municípios, incluindo todas as capitais e cidades com mais de 300 mil habitantes. O programa prioriza territórios com altos índices de população em situação de rua e busca ações coordenadas para melhorar o acesso a alimentos saudáveis. Em relação ao eixo da Agricultura Urbana foi destacado que há um grupo de trabalho interministerial composto pelo MDS, MMA, MDA e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 2024, a coordenação esteve sob responsabilidade do MDS, e em 2025 passará para o MDA. Esse grupo tem avançado na implementação da agenda de agricultura urbana, promovendo um diálogo constante com a sociedade civil. A partir da publicação do decreto, houve avanços na organização e estruturação de uma agenda específica para a agricultura urbana no governo federal. Sobre o Programa Cozinhas Solidárias foi relatado que, em 2024, o programa Cozinhas Solidárias teve avanços significativos, incluindo o fornecimento de alimentos do PAA para diversas cozinhas solidárias espalhadas pelo território nacional. Destacou-se a criação de uma modalidade específica do PAA para atender às demandas dessas cozinhas. Além disso, foi realizado o primeiro edital de chamada pública para apoio às cozinhas solidárias, iniciando-se com as cozinhas do Rio Grande do Sul e posteriormente com um edital

nacional. Foi feita a habilitação das cozinhas solidárias e credenciamento de entidades gestoras. Foram selecionadas 23 entidades gestoras e 410 cozinhas que passaram a receber apoio do governo federal por meio de termos de colaboração e fomento. Destacou-se o desenvolvimento de um protocolo com o Consea para fortalecer o controle social no programa Cozinhas Solidárias. Destacou-se o avanço na implementação do decreto de ambientes escolares saudáveis, publicado em dezembro do ano passado. O governo está trabalhando com estados e municípios para garantir sua efetivação, com alguns estados já implementando legislações locais para fomento de ambientes alimentares mais saudáveis nas escolas. Foi discutida a publicação da nova cesta básica, assinada em março de 2024 na reunião do Consea com o presidente da República. A definição da cesta básica a partir de alimentos *in natura* e minimamente processados foi destacada como uma grande conquista. O governo tem utilizado essa definição como base para os debates sobre a reforma tributária no Congresso Nacional. O MDS, junto com a sociedade civil, tem trabalhado ativamente na regulamentação da reforma tributária, especialmente no projeto de lei complementar que define a tributação de alimentos essenciais. O Consea segue acompanhando o tema de perto para garantir avanços na isenção e alíquotas reduzidas para alimentos da cesta básica. Foi debatido o avanço do lobby empresarial para a inclusão de alimentos ultraprocessados na alíquota reduzida. O governo tem atuado para garantir que a cada cinco anos seja realizada uma avaliação da cesta básica, priorizando alimentos *in natura* e minimamente processados. Ademais, discute-se a inclusão de produtos da sociobiodiversidade na alíquota zero. Foi apresentada a proposta para a implementação do Programa Pena Justa, que trata do enfrentamento das irregularidades relativas ao DHAA nas prisões brasileiras. Em 2025, pretende-se avançar na formulação de um Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Sistema Prisional, baseado no Guia Alimentar da População Brasileira, sob coordenação do Ministério da Justiça e com acompanhamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Informou-se que a Caisan finalizou a discussão sobre a estratégia de prevenção da obesidade, com previsão de aprovação da resolução nos próximos dias e subsequente implementação governamental. Foi finalizada a segunda estratégia intersetorial para redução de perdas e desperdícios de alimentos, coordenada pela SESAN e Embrapa, cujo relatório foi enviado à Caisan para apreciação e aprovação. Foi apresentada a proposta para a construção de um marco de referência de sistemas alimentares e clima para as políticas públicas. O objetivo é lançar esse marco na COP30, alinhado ao Plano Clima e à agenda de segurança alimentar e nutricional. Foi concluída a elaboração das diretrizes para o atendimento de povos indígenas e comunidades tradicionais em programas de segurança alimentar e nutricional, um material desenvolvido pela SESAN em parceria com a CNPCT. O documento será disponibilizado nos sites oficiais e, futuramente, será impresso para ampla distribuição. Em seguida a presidenta do Consea passou a palavra para Daniel, representante do PNAE. Daniel ressaltou a importância da participação efetiva do PNAE no Consea, visto que este é o órgão central e consultivo do programa em nível nacional. Destacou-se a necessidade de formalizar essa participação para fortalecer o Consea como instância consultiva dentro do marco legal do PNAE. Na sequência, foi feito um balanço das demandas trazidas pelo Consea na reunião de agosto. Em relação ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foi informado que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) encaminhou uma manifestação favorável ao

MEC. O atual edital do PNLD (2026-2029) já incorpora o Guia Alimentar como referência para a elaboração de materiais didáticos, garantindo que as informações sobre alimentação e nutrição estejam alinhadas a essa diretriz. Sobre o orçamento para 2025, foi relatado que o FNDE propôs uma correção dos valores per capita com base no IPCA, o que elevaria o orçamento do PNAE para R\$ 6,7 bilhões. No entanto, a Lei Orçamentária enviada ao Congresso Nacional manteve o orçamento em R\$ 5,5 bilhões, sem a correção esperada. Foi informado que está em andamento um estudo técnico para avaliar os custos mínimos de uma refeição de qualidade em diferentes regiões e realidades do Brasil. Esse estudo subsidiará futuras recomendações sobre reajustes anuais e ampliação de valores diferenciados para comunidades tradicionais. Quanto ao Projeto de Lei (PL) 3.002/2024, foi informado que o Consea manteve reuniões com a coordenação geral do PNAE e a presidência do FNDE. Atualmente, o PL está sob relatoria de uma senadora substituta, que deve solicitar seu arquivamento. Ainda no âmbito da política nacional de alimentação escolar, foi anunciada a realização do Encontro Nacional do PNAE nos dias 4 e 5 de fevereiro, com participação do Consea. Por fim, foi mencionada a inclusão de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a partir de 2025. Com essa mudança, escolas poderão utilizar recursos para iniciativas pedagógicas relacionadas à educação alimentar, incluindo aquisição de materiais e manutenção de hortas escolares. Além disso, o Plano de Ações Articuladas (PAAR) passará a contemplar essas iniciativas dentro de seu ciclo trienal, permitindo destinação de emendas parlamentares para essa finalidade. Por fim, Daniel reafirmou o compromisso de manter o diálogo aberto com o Consea e colocou-se à disposição para novas discussões e encaminhamentos. Assim, a palavra foi passada para a senhora Laura, representante da Coordenação-Geral de SAN/MRE. Laura iniciou com uma exposição sobre a importância da implementação das recomendações do Consea no âmbito internacional. Foi ressaltado que o MRE tem feito esforços concretos para incorporar tais recomendações em sua atuação. Foi discutido o lançamento oficial da Aliança Global contra a Fome durante a cúpula do G20, com 148 membros fundadores, entre os quais 82 países, organismos internacionais, instituições financeiras e organizações não governamentais. O site oficial da Aliança foi apresentado, contendo informações sobre funcionamento, adesão e compromissos assumidos pelos membros. Foi ressaltado o momento atual de conformação do mecanismo de apoio, que contará com um secretariado operando a partir da FAO em Roma, com ramificações no Brasil, Washington, Addis Ababa e Bangkok. Atualmente, o governo brasileiro exerce a função de secretariado provisório, enquanto a estrutura de governança está sendo estabelecida. Também foi destacado o reconhecimento da Aliança no Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), fortalecendo sua incidência internacional. O Brasil tem apoiado a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Camponeses e Trabalhadores Rurais (UNDROP) e colaborado com países como a Colômbia para fortalecer a pauta da agricultura familiar e dos direitos dos camponeses em instâncias internacionais. No Comitê de Segurança Alimentar Mundial, o Brasil apoiou a proposta colombiana de convocar uma Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária. O conceito de soberania alimentar foi discutido, reconhecendo-se sua importância para o Brasil, ao mesmo tempo em que se destacou a necessidade de evitar que ele seja utilizado como justificativa para medidas protecionistas. A senhora Laura também apontou que o Ministério das Relações

Exteriores e a Agência Brasileira de Cooperação estão trabalhando para viabilizar a participação da sociedade civil em debates internacionais. Foram mencionadas iniciativas de capacitação, como as organizações preparatórias para a COP, e o esforço interno do Itamaraty para ampliar a inclusão da sociedade civil em diferentes setores da diplomacia. Eventos previstos para o próximo ano incluem a presença do Brasil na presidência dos BRICS, do Mercosul, a organização da 2ª Conferência Global da Coalizão de Alimentação Escolar e a comemoração dos 80 anos da FAO. A senhora Elisabetta Recine agradeceu a fala da senhora Laura e antes de abrir a palavra para a plenária fez alguns apontamentos iniciais. Destacou a baixa taxa de resposta às recomendações feitas pelo Conselho e informou que a Mesa Diretiva irá elaborar um documento estratégico para a próxima composição do Consea, abordando não apenas o formato das recomendações ao governo federal, mas também a estratégia de monitoramento. Pontuou que, desde a recomposição do Consea, havia o objetivo de que as Comissões Permanentes (CPs) realizassem esse monitoramento, porém, devido a desafios operacionais, isso não foi executado conforme esperado. Ressaltou a necessidade de aprofundar essa reflexão e deixá-la registrada para futuras composições do Conselho. Destacou, ainda, a importância de se considerar a complexidade dos desafios atuais, como as desigualdades sociais, questões climáticas e a situação dos povos e comunidades tradicionais. Salientou que o Consea deve atuar não apenas na retomada de políticas públicas, mas também na construção de estratégias para o presente e o futuro. Em seguida, reforçou a relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enfatizando que o Consea se coloca como um espaço de discussão e proposição para esse programa, que é fundamental para a segurança alimentar e nutricional, a redução das desigualdades e o acesso à alimentação saudável. A Presidenta também mencionou a necessidade de retomar uma estratégia articulada para a atuação internacional do Brasil em segurança alimentar e nutricional, incluindo ações humanitárias, cooperação e incidência em espaços multilaterais. Reforçou que tal iniciativa traria consistência e permanência ao processo de participação internacional do país nessa agenda. Dando sequência, abriu a palavra para manifestações dos conselheiros. A senhora Sônia Salviano (Representante da Rede IBFAN) reforçou a importância da Resolução 01, que recomenda ao Ministério da Saúde e ao Itamaraty o encaminhamento de uma proposta de resolução para a Assembleia Mundial da Saúde sobre o controle do marketing digital prejudicial à amamentação. Ressaltou a necessidade de empenho do Itamaraty para que a proposta seja apreciada na reunião de janeiro do Comitê Executivo, enfatizando a importância de manter a menção a bicos, chupetas e mamadeiras no texto da resolução. Na sequência, a senhora Mariana Santarelli (Representante da FIAN Brasil) destacou os avanços na valorização dos povos indígenas e quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), salientando a necessidade de avançar na facilitação das compras públicas desses grupos para o PNAE. Propôs a retomada do Grupo de Trabalho dentro do Comitê Gestor do PNAE para esse fim. Pontuou também a importância de manter o Consea como um espaço de controle social do PNAE, dado seu histórico de acompanhamento da política de alimentação escolar. Em relação ao Sisan, reforçou a necessidade de avançar no desenho do financiamento do sistema e indicou a urgência de uma proposta de projeto de lei sobre o tema. Salientou que, para estruturar o Sisan de forma eficiente, é essencial garantir uma estratégia de financiamento adequada. Por fim, apontou que, apesar dos avanços em estratégias e programas, ainda há

desafios relacionados ao orçamento. Destacou que, no ano corrente, o Consea não conseguiu monitorar e incidir sobre o orçamento de forma qualificada, e indicou que essa deve ser uma prioridade para o próximo ano. A senhora Rita, Presidente do Consea de Santa Catarina, destacou a importância do PAA no estado, ressaltando que está sendo finalizada a operacionalização de R\$ 10 milhões com a participação de 130 municípios. No entanto, expressou preocupação sobre a falta de previsão de novos recursos para o próximo ano, o que pode impactar negativamente o avanço do programa e da adesão ao Sisan. A senhora Lilian Rahal (SESAN/MDS) respondeu que não há definição sobre cortes no orçamento do PAA para Santa Catarina e que o Ministério ainda está avaliando os recursos para 2025. Informou também que a prioridade é resolver o déficit orçamentário de 2024, que teve um cancelamento de R\$ 67 milhões e um bloqueio de R\$ 42 milhões. A senhora Marli, representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana, ressaltou a necessidade de articulação do Conselho Nacional das Cidades para discutir o orçamento do programa Alimenta Cidades, considerando que a maior parte da população em insegurança alimentar grave está nas periferias urbanas. A senhora Lilian Rahal informou que o programa é uma parceria entre MDS, MDA e Ministério das Cidades e que está aberta a dialogar com os movimentos sociais e sociedade civil para fortalecer sua implementação. A senhora Lilian Rahal destacou a importância do acompanhamento orçamentário para avaliar o impacto das políticas públicas. Exemplificou o aumento expressivo do orçamento do Bolsa Família de R\$ 30 bilhões para R\$ 170 bilhões entre 2018 e 2023, resultando na ampliação do atendimento de 13 para 21 milhões de famílias. Destacou também que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve seu orçamento elevado de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 5,5 bilhões, o que impacta diretamente na segurança alimentar dos estudantes. O senhor Daniel (FNDE/PNAE) informou que está em andamento uma revisão dos valores do PNAE com base nos percentuais de compras estabelecidos. Destacou que a maioria das entidades executoras já atende aos critérios estabelecidos e que será feita uma análise mais detalhada dos custos dos alimentos processados, ultraprocessados e *in natura* para garantir refeições de qualidade com custos acessíveis. A senhora Laura (Coordenação-Geral de Segurança Alimentar e Nutricional/MRE) informou que o Brasil, juntamente com outros países como México, Panamá, El Salvador, Bangladesh e Sri Lanka, está liderando discussões na OMS sobre regulação do marketing digital de substitutos do leite materno. Ressaltou que há desafios em relação à linguagem internacionalmente aceita, mas que o governo brasileiro segue articulando essa agenda. A senhora Laura também destacou que o Itamaraty está alinhado com a estratégia de inserção internacional do direito à alimentação adequada e segue dialogando com outros Ministérios para fortalecer essa pauta em cooperações bilaterais e multilaterais. A senhora Valéria Burity (SECF/MDS) destacou a importância da governança para a efetividade das políticas públicas, mencionando o Sisan como exemplo de estrutura bem-sucedida. Agradeceu ao FNDE, à Sisan, à Secretária Lilian, ao Daniel e à Laura (MRE) pelo apoio. Foi verificada a presença de representantes do MIR e do MDA, ressaltando a importância da mobilização dos ministérios na devolutiva. **Mesa 2: - Agricultura Familiar, Abastecimento, Compras Públicas, Terra e Território** A presidenta anunciou a abertura da segunda mesa de discussão, que abordaria temas referentes a agricultura familiar, abastecimento, compras públicas, terra e território. Convidou para compor a mesa a Secretária Ana Terra Reis, representante do Ministério da Saúde para a agenda

de alimentação adequada e saudável, e a representação do MIR. Foi informado que o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) não poderia comparecer. A Presidenta concedeu a palavra à Sra. Ana Terra Reis, Secretária de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do MDA. A Secretária iniciou agradecendo o convite e justificou a ausência da Secretária Fernanda Machiavelli, que foi chamada para outra agenda ministerial. Informou que sua apresentação seria objetiva, destacando os principais avanços e desafios da pasta. A Secretária enfatizou os avanços obtidos no semestre, destacando o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que evidencia a importância da agricultura familiar na produção de alimentos e na erradicação da fome. Mencionou também o lançamento do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, do programa Alimento no Prato e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), ressaltando a relevância da participação social no fortalecimento dessas políticas. A Secretária frisou que não há abastecimento alimentar e combate à fome sem reforma agrária, destacando os esforços para garantir terra e território para povos e comunidades tradicionais, sem-terra, povos indígenas e quilombolas. Informou sobre avanços na titulação de territórios quilombolas, com 32 títulos entregues, 71 portarias de reconhecimento e 12 decretos declaratórios. Sobre a produção de alimentos, a Secretária destacou os avanços no Plano Safra para a agricultura familiar, com juros reduzidos para a produção de alimentos e agroecologia. Informou que o Conselho Monetário Nacional autorizou uma nova rodada de PRONAF A, permitindo o reingresso de agricultores no programa. Mencionou também o Programa Mais Alimento, voltado à estruturação da cadeia produtiva do leite. A Secretária apontou desafios no acesso ao crédito e à assistência técnica, devido à burocracia e à dificuldade de documentação, especialmente para povos e comunidades tradicionais. Ressaltou a importância da unificação de bases de dados entre órgãos como FUNAI e IBAMA para facilitar o acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). Sobre abastecimento e comercialização, destacou a participação do MDA na gestão do PAA, com foco no PAA Compra Institucional, para garantir que órgãos federais adquiram produtos da agricultura familiar. Apontou avanços na articulação com Forças Armadas e hospitais para a implementação de chamadas públicas. A Secretária também mencionou o programa Abastece e Alimenta Territórios, que busca criar centrais populares de abastecimento utilizando imóveis ociosos da União, em articulação com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Destacou ainda a relevância da agricultura urbana e periurbana como estratégias para a produção de alimentos em espaços urbanos. Ao encerrar, reforçou a necessidade de maior integração das políticas públicas e do papel do Consea nesse processo. Destacou a importância do monitoramento das ações pelo Conselho e a manutenção do caráter popular das iniciativas. Reafirmou o compromisso com a tramitação e aprovação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) e mencionou a necessidade de garantir que a alimentação da COP30 seja proveniente da agricultura familiar e da sociobiodiversidade. A senhora Lúcia Gratão, representante da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (MS), saudou os presentes e informou a impossibilidade da presença da Coordenadora-Geral devido a outro compromisso no Rio de Janeiro. Agradeceu a oportunidade de participação e destacou que ela e Micaela estariam disponíveis para discutir e esclarecer questões relacionadas à pauta da reunião. Foi apresentada a mais recente publicação do Ministério da Saúde, referente à Portaria sobre incentivo financeiro para promoção da

equidade na organização dos cuidados em alimentação e nutrição na atenção primária à saúde. Esse incentivo é de custeio e visa apoiar ações baseadas na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), sendo repassado diretamente às secretarias estaduais e municipais de saúde. Os objetivos incluem promoção da alimentação adequada e saudável, ações de vigilância alimentar e nutricional, prevenção de agravos e qualificação da força de trabalho. Houve uma ampliação do repasse de R\$ 54 milhões para R\$ 140 milhões, um aumento de 159%. Todos os municípios brasileiros serão contemplados, com valores diferenciados conforme porte populacional, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e percentual de má nutrição. Em relação a Defesa da Regulação da Comercialização Digital de Substitutos do Leite Materno, o MS e o MRE estão engajados na defesa da resolução para regulação da comercialização digital de substitutos do leite materno. Na 77ª Assembleia Mundial da Saúde, o Brasil apresentou uma declaração conjunta representando 27 países, com expectativa de avanço para apresentação à OMS em 2025. Sobre a Instituição do Comitê Nacional de Amamentação, houve a alteração da Portaria de Consolidação nº 5, criando o Comitê Nacional de Amamentação e o Programa Nacional de Promoção, Proteção e Apoio à Amamentação. O comitê é composto por representantes de diversos órgãos, incluindo Anvisa, OPAS, Unicef, IBFAM e Consea. Componentes do programa incluem a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, a Rede Brasileira de Banco de Leite Humano, entre outros. Sobre o Monitoramento da Rotulagem Nutricional foi firmada Carta-Acordo entre CGAN, Anvisa, Nupens e IDEC para monitoramento dos rótulos de alimentos e bebidas no Brasil. Objetivo de avaliar regulamentos, apoiar a implementação das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e criar um sistema nacional de monitoramento. Quanto ao Apoio ao Imposto Seletivo, o MS tem apoiado o Ministério da Fazenda (MF) na regulamentação do imposto seletivo. Apoio a emendas sobre bebidas adoçadas e guloseimas na Lei Complementar 68/2024, incluindo redução da alíquota para composições especiais e fórmulas nutricionais destinadas a pessoas com erros inatos do metabolismo. Em relação ao Avanço na Cobertura da Vigilância Alimentar e Nutricional, em 2023, mais de 53 milhões de pessoas tiveram peso e altura aferidos nas unidades básicas de saúde, demonstrando crescimento na cobertura da vigilância alimentar. O preenchimento de marcadores de consumo alimentar foi facilitado com a incorporação ao prontuário eletrônico, resultando em quase 6 milhões de aferições em 2023. A implementação da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (Tria) foi proposta como meta conjunta entre o MS e o MDS. Perguntas da Tria foram inseridas no cadastro individual realizado pelos agentes comunitários de saúde e no prontuário eletrônico, permitindo alerta para vulnerabilidades nutricionais e melhor acompanhamento das famílias em situação de insegurança alimentar. A fala foi finalizada com o convite a todos para participarem da comemoração dos 25 anos da PNAN, nos dias 28 e 29. Foi reforçada a importância da defesa da PNAN como parte da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Em seguida, verificou-se a ausência da representação do MMA e passou-se a palavra ao senhor Hudson Lincoln, representante do Ministério da Igualdade Racial (MIR). Senhor Hudson Lincoln iniciou sua fala destacando a importância do engajamento dos participantes para a construção coletiva das iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial e combate à fome. Apresentou um panorama das ações desenvolvidas pelo MIR, enfatizando a necessidade de criar indicadores e desenvolver estratégias concretas para enfrentamento das desigualdades raciais e sociais. O MIR tem atuado em

interface com diversos ministérios, como o MMA, o MDS e o MDA, buscando construir uma agenda de combate à fome e à pobreza com enfoque na equidade de gênero e raça. Foi destacado o desafio de mapear e cadastrar os grupos mais vulnerabilizados para garantir a implementação eficaz das políticas públicas. As ações visam não apenas identificar esses grupos, mas também criar estratégias para superar as dificuldades enfrentadas por eles. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) foi apresentada como um instrumento fundamental para fortalecimento dos territórios quilombolas e comunidades tradicionais. As Ações de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQs) estão sendo implementadas com foco na gestão territorial e ambiental, incluindo planos de adaptação climática e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Foram destacados dois editais voltados ao fortalecimento de territórios tradicionais: Edital Mãe Gilda: Apoio ao desenvolvimento da agroecologia nos territórios, promovendo segurança alimentar e desenvolvimento territorial. Edital Sabores e Saberes: Fortalecimento das cozinhas dos povos tradicionais de matriz africana e das comunidades de terreiro, visando a segurança alimentar e distribuição de alimentos. Foi ressaltada a necessidade de reconhecimento das comunidades tradicionais nas bases de dados do Cadastro Único, bem como a importância da formação de gestores municipais, estaduais e federais para a promoção da igualdade racial. Foi apresentada a proposta de incluir o ODS-18 como um instrumento para monitoramento de indicadores de igualdade racial e combate ao racismo no contexto da segurança alimentar e da pobreza. O programa foi retomado em 2023, com aumento do benefício de R\$ 300 para R\$ 600 por trimestre, beneficiando 42 mil famílias e totalizando um repasse de R\$ 80 milhões. A ação está alinhada com a PNGTAQ e fortalece a titulação de territórios quilombolas. A parceria com o MDS busca ampliar a implementação de cozinhas solidárias voltadas para quilombolas, povos de terreiro e ciganos. Essas cozinhas são consideradas estratégicas para a promoção da segurança alimentar. Foi apresentada a demanda das comunidades tradicionais de matriz africana para a criação da Rota do Bode, visando uma estratégia conjunta do Governo Federal para atender a essa necessidade. Por fim, o senhor Hudson Lincoln se colocou à disposição para esclarecimentos adicionais e reforçou o compromisso do Ministério da Igualdade Racial com o fortalecimento das ações voltadas à segurança alimentar e ao combate à fome. A presidenta Elisabetta agradeceu a fala e ressaltou o esforço necessário para a construção de um ministério que articule diversas questões estratégicas, especialmente após a destruição de estruturas anteriores. A presidenta destacou a apresentação da Ana, elogiando a forma como ela articulou as ações do MDA e a importância do Plano Nacional de Abastecimento, que representa uma grande conquista e um potencial transformador para as dinâmicas locais. Enfatizou a necessidade de articular diferentes planos, como o terceiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para garantir resultados sustentáveis. Ela ressaltou que os processos são fundamentais para alcançar os resultados desejados e que a gestão, a implementação e o monitoramento devem manter as qualidades da construção coletiva. A presidenta abriu a palavra para a plenária, convidando o senhor Írio Luiz Conti a se manifestar. Írio, especialista em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), agradeceu ao governo e aos diferentes ministérios pela apresentação e pelas ações já implementadas, destacando a importância da articulação entre programas e planos. Também apontou a ausência de discussões sobre os poderes judiciário e o legislativo como uma lacuna que deve ser

abordada, sugerindo um trabalho mais próximo com essas instituições para fortalecer o sistema. A senhora Francisca Maria da Silva conhecida como Chica da Silva, parabenizou a volta dos programas e destacou a importância de incentivar os bancos de alimentos e as cozinhas comunitárias. Ela mencionou a situação de insegurança alimentar em sua cidade, Ribeirão das Neves, e a necessidade de qualificação profissional para mulheres, especialmente mães solo, para que possam contribuir para a alimentação escolar e gerar renda na comunidade. A senhora Sra. Lucivanda (Movimento de Mulheres Camponesas) destacou a importância do Consea e os avanços observados nas plenárias, mas também as dificuldades enfrentadas, especialmente pelas mulheres. Criticou a falta de políticas públicas e acesso ao crédito específico para mulheres, mencionando que as iniciativas como o Plano Safra e o Pronaf não contemplam as necessidades das mulheres agricultoras. Relatou a realidade dos pequenos agricultores que não são cooperados e a dificuldade de acesso a políticas públicas, mesmo com o trabalho nos quintais produtivos. Enfatizou a necessidade de reconhecimento e documentação das mulheres agricultoras para que possam ter acesso a dados e políticas. Expressou frustração com a falta de atenção às demandas das mulheres nas políticas apresentadas. A senhora Sônia compartilhou sua alegria com a plenária e elogiou a apresentação da CGAN sobre aleitamento, ressaltando a importância da nutrição materno-infantil. Mencionou a participação da rede IBFAN no G20 Social e a relevância da amamentação no combate à fome. Lucia Gratão destacou a importância dos guias alimentares e a necessidade de garantir alimentação de qualidade para a população, visando a segurança alimentar e a soberania alimentar. A senhora Ana Terra Reis (MDA) agradeceu as interações e reconheceu a urgência de integrar o Judiciário e o Legislativo nas discussões. Abordou a questão dos bancos de alimentos e a necessidade de reduzir desperdícios, além de promover planos municipais de segurança alimentar. Reconheceu a importância da pauta das mulheres e mencionou a linha do PRONAF Mulher como uma das iniciativas para apoiar as mulheres do campo. Lúcia Gratão agradeceu a manifestação da senhora Sônia e destacou a prioridade dada à amamentação e à alimentação complementar saudável, mencionando os avanços planejados para o próximo ano. Senhor Hudson Lincoln (MIR) agradeceu as contribuições de todos os participantes, destacando a importância do diálogo e da troca de experiências. Mencionou sua origem no movimento social e a relevância de levar as discussões para a prática, questionando o que foi discutido e sua aplicabilidade na realidade. Concordou com a necessidade de incidência no orçamento e a importância da atuação do legislativo e judiciário nas políticas públicas. Enfatizou a sensibilidade da ausência do legislativo na articulação das políticas nos territórios e a necessidade de fortalecer essa articulação. Destacou o desafio do governo federal em ampliar a adesão a programas que enfrentem o racismo, a fome, a pobreza e a falta de emprego. Comentou sobre a importância do monitoramento das políticas, ressaltando que quem está na ponta deve sinalizar sobre a eficácia das ações. Informou sobre a agenda de combate à fome e à pobreza com foco em mulheres negras, um acordo de cooperação técnica com 26 ações e um orçamento de 330 milhões, reconhecendo que ainda não é suficiente para atender às demandas históricas. Reforçou a necessidade de ouvir e interiorizar as políticas, especialmente para as mulheres indígenas, negras e de comunidades tradicionais. Citou a importância de aprender a "voltar para casa", ou seja, levar as contribuições e críticas para o ministério e implementar estratégias que respondam a essas demandas.

Destacou a interligação entre segurança alimentar, nutricional e políticas ambientais, mencionando a necessidade de estratégias adaptativas para o futuro. Concluiu ressaltando a urgência de ações para fortalecer a segurança alimentar e nutricional nos territórios e agradeceu a todos pelas contribuições. A senhora Elisabetta Recine agradeceu as pontuações finais de Hudson, considerando-as fundamentais para complementar as discussões. Informou que as orientações sobre as comissões seriam dadas ao final da apresentação do Plano. Lembrou que a reunião retornaria às 14h, com a apresentação do Plano, do painel de acompanhamento do Brasil Sem Fome e do protocolo da EBIA. Agradeceu à Caisan pela organização das mesas, reconhecendo a qualidade das discussões, mesmo com o tempo limitado. Pontuou a ausência de discussões sobre as questões endereçadas ao Legislativo e ao Judiciário, ressaltando a necessidade de dedicar discussões específicas a esses temas. Finalizou agradecendo a todos pela participação e pela discussão produtiva. A reunião foi encerrada com a confirmação do retorno às 14h para continuidade das atividades. **Ponto de pauta 26/11/2024 – tarde – Sessão Plenária** - A reunião foi aberta pela senhora Elisabetta Recine, que apresentou a pauta do período da tarde e os participantes. A Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e à Pobreza, Valéria Burity apresentou dois instrumentos que estão sendo elaborados: um de monitoramento, desdobramento da escala EBIA, e um painel do programa Brasil Sem Fome. Ela agradeceu o espaço e explicou a política de vigilância de segurança alimentar e nutricional do Sisan, destacando a importância de identificar os públicos mais afetados e mobilizar políticas públicas. Posteriormente, o senhor Alexandre Valadares apresentou o painel Brasil Sem Fome, disponível no site do ministério, explicando sua estrutura e funcionalidades. Destacou os principais programas e indicadores disponíveis, como o auxílio-gás e o BPC, e a possibilidade de gerar relatórios por estado e município. Ele também apresentou o painel de indicadores de insegurança alimentar, com foco nos dados da PNAD de 2023. Explicou as funcionalidades do painel, incluindo comparações entre anos, regiões e estados, e a possibilidade de analisar dados por sexo, raça e idade do responsável pelo domicílio. A senhora Valéria sugeriu a abertura para duas perguntas ou comentários. A senhora Milena questionou sobre a limitação do sistema em gerar relatórios apenas em PDF, sugerindo a possibilidade de exportar dados em outros formatos, como Excel, para facilitar a manipulação e apresentação das informações. O senhor Walter levantou a questão da disparidade entre os municípios dentro dos estados e perguntou se há um planejamento para que as informações cheguem até os municípios. A senhora Ana Beatriz da SESAI fez uma pergunta semelhante à de Milena, questionando sobre a possibilidade de acessar o banco de dados e puxar relatórios em Excel. O senhor José Alexandre respondeu que a equipe está disposta a compartilhar a base de dados e que estão estudando a possibilidade de exportar gráficos para Excel, facilitando a manipulação dos dados. Ele também mencionou que a maioria dos dados é gerada pelo IBGE, que não realiza pesquisas com representação para municípios. Informou que foi desenvolvido um indicador de risco de insegurança alimentar grave por município, chamado CadUniSAN, que utiliza dados do CadÚnico. Este indicador está em processo de validação externa e permitirá o mapeamento do risco de insegurança alimentar por município. A senhora Elisabetta Recine sugeriu a criação de uma circular ou tutorial com um passo a passo das informações apresentadas, para facilitar a recuperação dos dados discutidos durante a reunião. A senhora Valéria Burity agradeceu a participação de todos e propôs a

continuidade da reunião com a apresentação do terceiro PlanSan. Ela apresentou um panorama detalhado sobre o terceiro PlanSan, destacando a importância de cada um dos anúncios que compõem o plano. Também enfatizou que a redação apresentada ainda está em processo de elaboração e que as contribuições dos participantes são essenciais para aprimorar as estratégias. Os principais anúncios incluem: (1) Combate à Fome: Focado em estratégias intersetoriais, como o Plano Brasil Sem Fome e a Amazônia Sem Fome, visando atender as áreas com maior insegurança alimentar. (2) Abastecimento Alimentar: Coordenado pelo MDA e MDS, com foco em garantir o abastecimento adequado. (3) Acesso à Terra e Água: Desenvolvimento de iniciativas para garantir o acesso a esses recursos essenciais. (4) Sistemas Alimentares e Mudanças Climáticas: Integração de ações de diferentes planos existentes para enfrentar os desafios climáticos. (5) Ações de Segurança Alimentar para Povos Tradicionais: Foco em populações como indígenas e quilombolas, com atenção especial às suas necessidades. (6) Alimentação Adequada e Saudável: Promoção de estratégias para garantir uma alimentação saudável para todos. (7) Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan): Criação de um sistema que integre políticas públicas para garantir o direito à alimentação. (8) Direito Humano à Alimentação em Esfera Internacional: Envolvimento do MRE para garantir a promoção desse direito em nível global. A senhora Valéria também apresentou um cronograma para a elaboração do plano, com prazos para contribuições e revisões, e destacou a importância da participação de todos os ministérios e setores envolvidos. A expectativa é que o plano seja aprovado até fevereiro, com a colaboração de todos os participantes nas comissões de trabalho. A presidenta Elisabetta Recine, agradeceu à senhora Valéria Burity pela apresentação e abriu espaço para perguntas sobre o que seria discutido a seguir. Ela explicou que cada Comissão de Trabalho (CP) se concentraria em um dos anúncios apresentados, utilizando as perguntas orientadoras como base para a discussão. A equipe da Secretaria-Extraordinária facilitaria as conversas e registraria as memórias das discussões, que seriam compartilhadas com as CPs antes do término do tempo alocado, garantindo que todos estivessem de acordo com o que foi discutido. Elisabetta também lembrou que as notas registradas não seriam apresentadas novamente na plenária da tarde seguinte, reforçando a importância de que cada CP verificasse a precisão do registro. Ela mencionou que, em uma das primeiras plenárias do ano, as CPs já haviam priorizado propostas relacionadas aos seus temas de atuação, destacando que a responsabilidade pelo processo é do governo, mas que o Consea está participando em diferentes momentos. Em seguida, a senhora Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, apresentou a organização dos locais das comissões e grupos de trabalho (GTs), informando que a CP1 ficaria na sala 101 do térreo e no auditório, a CP2 na sala 215 do anexo 2, e a CP3 no CECAD, no Laboratório de Informática. Ela também lembrou a todos sobre a importância de terminar as discussões ao meio-dia no dia seguinte e incentivou a troca de cartões entre os participantes. **Ponto de pauta 27/11/2024 – tarde – Sessão Plenária** - A senhora Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, deu boas-vindas aos participantes e destacou a organização do evento pela Secretaria, mencionando os esforços da equipe composta por Marília, Rafaela, July, Elaine Pasquim, Elaine Silva e Marcos. Agradeceu também à Central do Cerrado pela alimentação oferecida. O representante da Central do Cerrado destacou a satisfação de fornecer alimentação para o Consea. Explicou que a Central reúne cerca de 30 empreendimentos no Brasil, promovendo produtos da

sociobiodiversidade. Citou a presença de ingredientes como pirarucu das PROC, sucos de umbu e coquinho azedo, pastinha de pupunha da Rede Bragantina, entre outros. Ressaltou a importância de apresentar ao Brasil produtos regionais ainda pouco conhecidos. A Presidenta do Consea enfatizou a necessidade de garantir comida de verdade para todos na COP30, destacando a importância de valorizar a gastronomia da Amazônia e dos biomas brasileiros. A senhora Elisabetta Recine destacou a presença constante do ministro em todas as plenárias realizadas nos últimos dois anos. Reforçou o apoio do governo na reconstrução do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tanto no aspecto financeiro quanto na estruturação da Secretaria do Consea e na realização da 6ª Conferência Nacional. Foi informado que o Consea está em processo de renovação da representação da sociedade civil, com a publicação das organizações homologadas prevista para breve. As plenárias por segmento ocorrerão em seguida, e a nova composição entrará em vigor a partir de 28 de fevereiro. O objetivo é encaminhar a lista ao Presidente da República no início do ano. Em parceria com a Secretaria-Extraordinária de Combate à Fome, fez-se uma análise das recomendações enviadas ao Governo Federal e um balanço estratégico das ações implementadas. Destacou-se a mobilização governamental e a presença da digital do Consea nas iniciativas em andamento. Também foi apresentada a evolução do terceiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando os esforços coletivos para estruturar as políticas públicas. Foi ressaltada a importância do plano como um instrumento de longo prazo, articulado com o programa Brasil Sem Fome. A previsão é de que o texto seja finalizado até fevereiro, com revisões nas instâncias necessárias antes da publicação oficial. Encerrando sua fala, a Presidenta passou a palavra aos ministros para suas considerações finais sobre a plenária e a gestão do Conselho ao longo do período. O senhor Wellington Dias, Ministro do MDS, saudou os presentes e destacou a importância da diversidade alimentar do Brasil, mencionando a riqueza gastronômica encontrada em diferentes regiões do país. O ministro expressou reconhecimento ao trabalho realizado pelo Consea e enfatizou a importância da resistência institucional frente a desafios políticos anteriores. O ministro ressaltou a relevância da reconstrução de programas sociais e apontou a necessidade de maior divulgação dos impactos das políticas públicas. Destacou que, no segundo ano de mandato, avanços foram alcançados, mas ainda há desafios a superar. Foi ressaltado o histórico das políticas públicas de combate à fome no Brasil, lembrando avanços como a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, sob o critério da FAO. Também foi abordado o retrocesso ocorrido nos anos seguintes, culminando no aumento expressivo da insegurança alimentar. Sobre os avanços do Plano Brasil Sem Fome, o ministro destacou alguns pontos: (1) Implementação de ações emergenciais para mitigar a fome, como a Busca Ativa e as Cozinhas Solidárias; (2) Integração com o SUAS, SUS e outros sistemas para ampliar o impacto das medidas adotadas; (3) Resultados expressivos no primeiro ano de governo, com redução de 85% da insegurança alimentar severa; (4) Alcance de 92% das famílias vulneráveis com crianças fora da extrema pobreza; (5) Impacto positivo da política de transferência de renda, com crescimento de 38,6% na renda dos mais pobres e 11,5% na renda geral dos trabalhadores. Quanto a geração de emprego e empreendedorismo, destacou o aumento do emprego formal, com 15 milhões de brasileiros do Cadastro Único contratados, a expansão do empreendedorismo, com mais de 4,6 milhões de novos empreendedores cadastrados, e o impacto direto das políticas de incentivo ao

trabalho e renda na redução da pobreza. Sobre a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, o ministro, pontuou a liderança do Brasil na discussão global sobre fome e pobreza e a criação de uma Conferência Social para monitoramento e avaliação dos avanços da iniciativa. A presidenta Elisabetta Recine destacou a importância dos dados sobre a busca de trabalho pelos beneficiários do Bolsa Família e do Cadastro Único, ressaltando a necessidade de desmistificar a ideia de que os beneficiários do programa de transferência de renda se acomodam. Enfatizou que a realidade da pobreza impõe desafios diários e que tais dados devem ser amplamente divulgados. A Presidenta também mencionou a relevância do discurso do Presidente da República durante o G20 Social, onde recebeu a carta da sociedade civil. Destacou a emoção e a força de suas palavras, sublinhando o papel do Brasil na construção de políticas de justiça social. Relatou um episódio envolvendo uma jornalista premiada com o Nobel, que se impressionou com a participação popular e a mobilização social durante o evento. Na sequência, a presidenta contextualizou os trabalhos da plenária, ressaltando a devolutiva dos diversos setores do governo sobre as 47 recomendações elaboradas pelo CONSEA nos últimos dois anos. Destacou que o Brasil retornou a um cenário global mais complexo, exigindo uma revisão das estratégias e a adoção de novas abordagens para enfrentar os desafios sociais e econômicos atuais. O Ministro Márcio Macêdo tomou a palavra e cumprimentou todos os presentes, destacando a luta coletiva contra a fome no Brasil e no mundo. Relatou sua agenda intensa no G20 e refletiu sobre como estaria o Brasil caso a política de combate à fome não tivesse sido interrompida nos últimos seis anos. Ressaltou a importância da recriação do CONSEA no primeiro dia do governo do Presidente Lula e atribuiu civil a retirada de 24,5 milhões de pessoas da fome ao trabalho conjunto do governo e da sociedade. O Ministro salientou que, apesar dos avanços, ainda existem 8,5 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar, sendo necessária uma estratégia de busca ativa para incluí-los nas políticas públicas. Reafirmou que erradicar a fome é um compromisso inquebrantável do Presidente Lula e que a participação do CONSEA foi fundamental para os avanços alcançados até o momento. O Ministro também abordou a inserção do tema da fome no G20, destacando que a presença do Brasil na liderança do grupo permitiu pautar discussões sobre justiça social e tributação dos superricos como forma de financiamento de políticas de combate à fome. Ressaltou que as contribuições do CONSEA foram incorporadas aos documentos finais do G20 Social e dos Chefes de Estado. Ao final de sua fala, o Ministro Márcio Macêdo agradeceu o trabalho dos conselheiros e reforçou o compromisso do governo com a segurança alimentar e nutricional. Destacou que a Secretaria-Geral da Presidência é um espaço aberto para a sociedade civil e que a participação popular é essencial para a construção de políticas eficazes. Após sua fala a presidenta Elisabetta Recine agradeceu a presença dos ministros e convidou a todos para uma foto de despedida. Em seguida, uma representante indígena presente na plenária solicitou a palavra, sendo acolhida para expressar suas considerações. A Conselheira representante do povo indígena, fez uso da palavra destacando a importância da segurança alimentar atrelada à posse da terra. Ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas ao longo da história e a necessidade de envolvimento direto nas decisões sobre políticas públicas. Enfatizou que a alimentação indígena está diretamente ligada à cultura e à saúde e solicitou maior representação indígena no Consea, reivindicando uma vaga de titularidade. Também destacou a importância do apoio do governo e da

sociedade civil para a garantia dos direitos dos povos originários. A Presidenta propôs a reorganização da agenda e convocou as coordenações das CPs e dos GTs para um relato breve sobre os trabalhos realizados nos últimos dois anos e as perspectivas para o futuro. Também foi informado que a Secretaria Extraordinária está organizando um documento para registro das atividades e processos de trabalho. A senhora Mariana Santarelli apresentou a recomendação elaborada pelo GT de Conflito de Interesses e apreciada pelas CPs 1 e 2, referente à cooperação entre o MDS e a Recofarma/Coca-Cola. A recomendação enfatiza a necessidade de estabelecer mecanismos institucionais para identificação, prevenção e gerenciamento de conflitos de interesse na interação do governo com empresas privadas. Foi destacado o impacto negativo do consumo de ultraprocessados na saúde e a necessidade de coerência com as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. A senhora Telma Castelo Branco, representando o Consea Estadual do Rio de Janeiro, manifestou-se contrária à parceria e enfatizou que a medida fere os princípios do Sisan. A recomendação foi colocada em regime de votação e aprovada por unanimidade. A CP4 apresentou recomendação sobre juros e ajuste fiscal. A discussão teve como foco o impacto dessas políticas na segurança alimentar e na manutenção de programas sociais. A conselheira Cidinha apresentou a recomendação proposta pela CP3, para que as diretrizes da política econômica considerem princípios de direitos humanos, direito à alimentação adequada, obrigações socioambientais e climáticas, além da participação social. Os principais pontos incluem: (1) revisão da política de juros, subsídios e renúncias fiscais que impactam negativamente a segurança alimentar e nutricional. (2) promoção de uma política monetária voltada à realização dos direitos humanos. (3) criação de um Conselho Nacional de Política Econômica no âmbito do Ministério da Fazenda para ampliar a participação da sociedade civil. (4) reformulação de isenções fiscais, eliminando benefícios ineficazes e promovendo tributação progressiva sobre renda e patrimônio. (5) aumento de investimentos públicos em áreas sociais, ambientais e climáticas para combater a fome e reduzir desigualdades. Foi aprovada a recomendação para que a Caisan e o MDS promovam esforços intersetoriais para a elaboração de um marco de referência de cultura alimentar para políticas públicas. O GT de Cultura Alimentar apresentou um documento síntese intitulado "Caminhos para Construção do Marco", consolidando os subsídios acumulados nas reuniões e oficinas realizadas. A CPCE destacou avanços na consolidação do Sisan, monitoramento do financiamento público e fortalecimento das cozinhas solidárias. Proposta de criação de um GT específico para financiamento e continuidade da interlocução com a Secretaria Especial de Combate à Fome. A Comissão Permanente CP5 focou no racismo institucional e estrutural como barreiras para o acesso a políticas públicas. Apontou a necessidade de monitoramento mais eficaz das recomendações do Consea e a implementação de mecanismos que garantam a participação e visibilidade das populações negras e tradicionais nas políticas de segurança alimentar. A senhora Cida (CP3) relatou as atividades desenvolvidas pela comissão permanente 3, destacando as dificuldades enfrentadas devido à hospitalização da coordenadora, Vanessa Schotz e a baixa participação de membros devido a outras agendas. Também pontuou a discussão sobre o Plano de Abastecimento, nova cesta básica e aproximação com o FNDE e a importância do PAA, incluindo a necessidade de dotação orçamentária. Houve o debate sobre a RDC 49/2013 e a necessidade de escuta das comunidades tradicionais e sobre o PRONARA. A conselheira fez uma avaliação crítica do Plano Safra

e do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Citou a participação do representante da Anvisa na discussão sobre a RDC 49/2013 e a proposta de audiências públicas. E finalizou relatando a proposta para realização do seminário de 20 anos do PAA em 2024. O senhor Edgar Amaral (CP5) apresentou a proposta de uma campanha de sensibilização sobre "Fome e Enfrentamento ao Racismo" com a participação do Consea, MIR, CP5, Caisan e Secretaria-Geral da Presidência. Destacou a necessidade de envolver gestores da Caisan e promover a reflexão sobre dados racializados e apoio à população negra. A senhora Daniela Frozi (CP4) destacou a importância do trabalho da comissão na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada, o avanço na formação política sobre a agenda de direitos humanos, a criminalização dos movimentos sociais e recomendação sobre o tema, a participação na 77ª Assembleia Mundial de Saúde sobre o marketing de substitutos do leite materno, e fez uma avaliação positiva do Consea no apoio ao governo e necessidade de uma secretaria mais robusta para monitoramento de recomendações. A conselheira finalizou pontuando com uma proposta de aprofundamento das discussões sobre refugiados, imigrantes, LGBTQIA+, trabalhadores de plataforma e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e sobre a importância de fortalecer o diálogo com o Legislativo e o Judiciário. A conselheira Laís Amaral, representando a CP2 em nome da senhora Inês coordenadora apresentou uma síntese das atividades da CP2, que trata de ambientes alimentares, alimentação adequada e saudável e nutrição. Destacou-se o cumprimento das tarefas com organização e efetividade, além da necessidade de continuidade das ações. Entre os temas tratados, mencionou-se reforma tributária, conflitos de interesse, composição do CONSEA, monitoramento da execução orçamentária e políticas de SAN. Ressaltou-se ainda a participação da ANVISA para discutir a RDC 24/2010 e a importância do CONSEA nas recomendações ao governo. Na sequência, a senhora Elisabetta Recine passou a palavra para a CP1, responsável pelo Sisan. A senhora Mariana Santarelli (CP1) relatou as atividades da CP1, que incluíram a definição de prioridades coletivas, sendo elencados três temas principais: financiamento, pactuação tripartite e adesão das entidades com fins lucrativos. Destacou-se a oficina realizada para construção de consensos sobre o Sisan, bem como a apreciação do relatório final da oficina. Entre as prioridades destacadas para os próximos anos, mencionou-se o projeto de lei sobre o financiamento do Sisan, a necessidade de monitoramento e incidência sobre o orçamento, normatização do Sisan, definição de instrumentos de pactuação federativa e regulamentação da adesão das entidades com e sem fins lucrativos. Também foi enfatizada a importância da prevenção de conflitos de interesse, com a elaboração de uma minuta de normativa para futura discussão. O GT Internacional apresentou suas atividades, incluindo o foco na governança democrática dos espaços de governança internacional da segurança alimentar. Relataram-se iniciativas no Conselho de Segurança Alimentar, Aliança Global Contra a Fome e CPLP. Enfatizou-se a necessidade de ampliar a participação social nesses espaços. O senhor Antônio Adevaldo (CP7) relatou a discussão da CP7 sobre a tecnologia "Sisteminha" da Embrapa, destacando insatisfação com sua implementação sem consulta adequada aos territórios. Recomendou-se a revisão do tema dentro do CONSEA. Também foi abordada a questão da vigilância sanitária, com a necessidade de maior participação da Anvisa e da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA. Reivindicou-se a criação de um GT para tratar da questão sanitária de produção e comercialização de produtos de povos e comunidades tradicionais, bem

como a inclusão dessa pauta no Plansan. Foram destacadas como prioridades para 2025 a priorização de compras públicas de povos e comunidades tradicionais, impulsionamento do PAA e PNAE e revisão do Cadastro Único para garantir a inclusão adequada desses povos. Outras recomendações importantes incluíram a adequação de editais, como o do Fundo Amazônia, e o reconhecimento dos modos de produção e comercialização das comunidades tradicionais. A conselheira Juliana Casimiro destacou que o GT de Cultura teve um funcionamento parcial ao longo do ano, com pouco tempo para desenvolver seu trabalho. No entanto, foram alcançados resultados relevantes, incluindo a elaboração de um documento síntese e recomendações sobre cultura alimentar nas políticas públicas. Ela ressaltou a importância da participação do MDS e agradeceu pelo apoio. Juliana enfatizou o desafio de ampliar espaços de escuta qualificada e metodologias mais inclusivas para abordar a cultura alimentar de forma dialógica. O senhor Lino Cesar Cunumi agradeceu a todos os presentes e compartilhou sua experiência na plenária. Expressou incerteza sobre sua participação futura, devido a compromissos pessoais e profissionais, mas reafirmou seu compromisso com a luta pelos direitos indígenas. Destacou sua trajetória de 45 anos na região de Foz do Iguaçu e a luta contra os impactos da construção de Itaipu, que resultou na perda de 36 aldeias. Informou sobre avanços recentes na aquisição de terras para comunidades indígenas e o reconhecimento legal dos direitos dos povos originários. A Secretária-Executiva, senhora Marília Mendonça Leão, apresentou um balanço das atividades da Secretaria-Executiva, incluindo desafios enfrentados desde a reinstalação do Consea em 2023. Destacou a ausência inicial de infraestrutura, memória institucional e recursos financeiros, bem como os esforços para recuperar dados e restabelecer a estrutura do Conselho. Apresentou o processo de nomeação dos representantes e os avanços alcançados em 2024, incluindo a inclusão do Consea no orçamento da União e no Plano Plurianual (PPA). Foram apresentados os objetivos estratégicos para os próximos anos, incluindo a realização de seis reuniões plenárias anuais, a aprovação de recomendações e o planejamento do Encontro +2 da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Destacou-se o cumprimento das metas estabelecidas no PPA e a superação do número previsto de recomendações aprovadas. Foram realizadas capacitações internas, incluindo letramento racial e formação sobre povos e comunidades tradicionais. A equipe também passou por treinamentos nos sistemas de gestão do governo e segurança institucional. Foram detalhados os custos operacionais do Consea, incluindo passagens, diárias e serviços necessários para a realização das plenárias e eventos. Destacou-se a importância da manutenção do orçamento para garantir a continuidade das atividades. A Presidenta do Consea, senhora Elisabetta Recine, agradeceu o empenho de todos os membros e reforçou a importância da participação ativa nas próximas etapas. A presidenta do Consea, Elisabetta Recine, agradeceu à equipe do Conselho pelo esforço e dedicação na organização das reuniões, destacando os desafios burocráticos e a precariedade de recursos enfrentados. Ressaltou a importância do compromisso coletivo e desejou um caminho de prosperidade para todos. Informou sobre a seleção de novas organizações para compor o próximo Consea, reforçando a diversidade e potencial do grupo. Laís Amaral (CP2) divulgou um evento sobre a nova cesta básica de alimentos, organizado pelo MDS com apoio do IDEC, no dia 6 de dezembro, de forma presencial e online. Por fim, Recine desejou boas festas e encerrou a reunião. Como resultado dos trabalhos dessa sessão Plenária 03 (três) recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a

saber: Recomendação nº 24/2024/CONSEA/SG/PR - propondo revisão à política de juros, de subsídios e de renúncia fiscal que implicam em altos juros à sociedade, reduzindo o orçamento da União nas áreas da segurança alimentar e nutricional, social e ambiental; Recomendação nº 25/2024/CONSEA/SG/PR – sobre mecanismos para identificação, prevenção, mitigação e gerenciamento de situações de conflitos de interesse na interação com a empresa Coca-Cola® e com outros atores não estatais na formulação e implementação de políticas, programas e ações voltadas à superação da pobreza e da fome e que visem à promoção da segurança alimentar e nutricional; e, Recomendação nº 28/2024/CONSEA/SG/PR – sobre a elaboração do Marco de Referência de Cultura Alimentar para Políticas Públicas. Encerrada a 6ª Reunião Plenária Ordinária e eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 28/02/2025.